

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Prestação de contas do governo ano 2024 – 1º Ciclo

— 20/6/2024 — 9 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre 1º de junho de 2023 e 31 de maio de 2024, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do governo de 2024

Reunião Especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Comissões convidadas:

- Comissão de Minas e Energia;
- Comissão de Agropecuária e Agroindústria;
- Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais.

Presidente da reunião: Deputado Tito Torres

Data: 20/6/2024

Horário: 9 horas

Local: Plenarinho II

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como convidadas as Comissões de Minas e Energia, de Agropecuária e Agroindústria e Extraordinária de Proteção aos Animais, recebeu, em 20/6/2024, Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#) para assistir à reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputado Tito Torres (presidente), deputada Beatriz Cerqueira, substituindo a deputada Bella Gonçalves

Poder Executivo: Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Demais presenças: Deputado Zé Laviola

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas abordados durante a reunião pela secretária em sua apresentação inicial foram:

- **Licenciamento Ambiental:**
 - Transferência de competências ligadas ao licenciamento ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para a Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam;
 - Contextualização sobre a evolução do passivo de processos de licenciamento pendentes de decisão;
 - Projeto Licenciamento Sustentável: celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o governo do Estado, por meio da Semad, da Feam e da Casa Civil, com a ONG Comunitas, para subsidiar a Feam na redução do estoque de processos de licenciamento;
 - Lançamento do Sistema Ambiental de Meio Ambiente: plataforma digital com todas as informações referentes à municipalização do licenciamento ambiental, prevista na Deliberação Normativa – DN – Copam nº 213/17;
- **Fiscalização Ambiental:**
 - Contextualização sobre as ações de fiscalização: redução de 17% no passivo de autos de infração pendentes de processamento no período 2020-2024;

- Plano de ação de combate ao desmatamento: Termo de Cooperação Técnica firmado em setembro de 2023 com os sete municípios em situação mais crítica em relação a esse problema;
- Atividades de Inteligência Ambiental: criada uma área específica de inteligência ambiental (sala de situação). Foram firmados, ainda, acordos de cooperação técnica para estabelecer o uso de estratégias e ações conjuntas de proteção ambiental com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e a Polícia Militar de Minas Gerais, além de tratativas para formalizar acordos com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
- Tratado da Mata Atlântica: acordo firmado em outubro de 2023, no âmbito do Consórcio de Integração do Sul e Sudeste – Cosud –, que propôs o plantio de 100 milhões de mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica até o final de 2026. Em Minas Gerais, a meta é plantar 7 milhões de árvores, das quais 842.601 já foram plantadas até 30/4/24, o que corresponde a 12% do compromisso do Estado. Foi apresentado painel de acompanhamento do tratado, que está disponível para acesso público;
- **Estruturação das Unidades Regionais** do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – com recursos oriundos dos Termos de Ajustamento de Conduta – TACs – firmados com as mineradoras proprietárias de barragens construídas pelo método de alteamento a montante que não descaracterizaram essas estruturas no prazo estabelecido pela Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291/2019);
- **Educação ambiental:** Em 2024, o Projeto Jovens Mineiros Sustentáveis atendeu 176 escolas em 90 municípios mineiros, alcançando 6.270 alunos;
- **Saneamento Básico:**
 - Resíduos Sólidos Urbanos: firmados termos de cooperação técnica para prestação de apoio técnico da Semad a 11 consórcios intermunicipais de saneamento, que abrangem 206 municípios;
 - Logística Reversa: publicada a DN Copam nº 249/2024, que reúne em um único regulamento as regras gerais para todos os produtos pós-consumo e suas embalagens sujeitos à logística reversa;
 - Programa Água Doce (água potável, dessalinização no Norte de Minas): investimentos de R\$15,4 milhões do governo federal e de R\$9,9 milhões do governo estadual, para prover acesso à água para consumo humano em áreas rurais do semiárido mineiro.

Ao final de sua apresentação, a secretária ficou à disposição dos deputados para esclarecer dúvidas e responder questionamentos. Por sua vez, os parlamentares apresentaram questões relacionadas aos temas abordados pela secretária, além dos seguintes:

1) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Estado e aterros sanitários

O deputado Tito Torres perguntou sobre o estado atual de elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e cobrou mais agilidade em sua conclusão, bem como relatou denúncias relacionadas ao licenciamento ambiental dos aterros sanitários de Cataguases e Viçosa.

Em resposta, a secretária informou que o licenciamento ambiental de cada aterro sanitário estabelece medidas de controle para o empreendimento, cuja execução é de competência do empreendedor, cabendo ao órgão ambiental fiscalizá-los. Salientou que Minas Gerais é o único estado da Federação que ainda não elaborou seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, mas que ele está em processo de contratação e vai prever operação adequada dos aterros e fechamento dos lixões.

2) Fhidro

O deputado Tito Torres ressaltou a importância da nova Lei do Fhidro, Lei nº 24.673, de 2024, mas indagou sobre a efetividade na execução dos recursos do fundo. Em resposta, a secretária confirmou que os recursos do Fhidro têm sido contingenciados, mas informou que está em fase final de elaboração um decreto para regulamentar a matéria, o qual deverá ser publicado no 2º semestre, com previsão orçamentária em 2025, para que possam ser recebidos novos projetos.

3) Barragens de rejeito de mineração

A deputada Beatriz Cerqueira apresentou questionamento da deputada Bella Gonçalves relativo ao dimensionamento de barragens de rejeitos de mineração diante dos eventos climáticos extremos. O tema já foi discutido em audiência pública este ano na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A secretária lembrou que todos os itens da Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291/2019) foram regulamentados. Citou a importância da caução ambiental, que foi regulamentada e está em vias de implementação, para evitar situações como a da Mundo Mineração Ltda., que saiu do País deixando como passivo ambiental duas barragens de rejeitos de mineração abandonadas no Município de Rio Acima.

A titular da pasta citou o papel do Crea na fiscalização técnica das estruturas das barragens e detalhou que, das 54 barragens de rejeito alteadas a montante no Estado, 18 já foram descaracterizadas.

Ela também relatou a intensificação da fiscalização da capacidade de extravasamento dessas barragens, a fim de que elas possam suportar chuvas intensas. Ressaltou que são exigidos dos empreendedores relatórios semestrais de segurança das estruturas e que é realizada dupla checagem com auditorias externas do Ministério Público de Minas Gerais.

4) Projeto de otimização das normas infralegais – possível conflito de interesses em serviços de consultoria doados pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – à Semad

A deputada Beatriz Cerqueira levantou possível conflito de interesses na doação de serviços pela Fiemg, no âmbito do processo de otimização da regularização ambiental. O tema já foi tratado em edição do Assembleia Fiscaliza de 2022.

A parlamentar colocou em dúvida a imparcialidade das consultorias contratadas pela Fiemg para realizar a revisão das normas ambientais infralegais do Estado, alegando que essas empresas prestam serviços para grandes mineradoras, como a Vale S.A. e a Samarco. Também questionou a legalidade do acesso concedido a essas consultorias a informações privilegiadas do Estado que não são públicas, e mencionou pareceres jurídicos que atestariam esse conflito de interesses, contraindicando esse tipo de doação/prestação de serviços.

A deputada arguiu se a equipe técnica da Semad não teria experiência e capacidade técnica para realizar o serviço, bem como quis saber por que não foram feitas parcerias com universidades federais e os institutos técnicos para a realização da atividade.

A secretária pontuou que otimização da legislação foi necessária para solucionar problemas relativos a interpretações das normas ambientais, haja vista serem 853 normas versando sobre 40 atos autorizativos. Ponderou que gostaria que o processo de revisão dessas normas tivesse sido feito por equipe do Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema –, mas que o passivo de licenciamento ambiental e de autorizações ambientais não o permitiu. Ademais, esclareceu que as limitações fiscais do Estado não permitem concurso público no momento. Assim, segundo ela, foi preciso que a Semad buscasse outras formas de alocação de mão de obra para revisar e reduzir o número de normas, tornando-as mais claras e objetivas.

A titular da pasta esclareceu que a consultoria contratada não tem acesso aos sistemas e nem aos dados dos processos de licenciamento da Semad. Os consultores fazem um trabalho de escuta dos técnicos da Semad e, a partir disso, contribuem com sua *expertise*. Acrescentou que a doação de serviços é prevista em decreto estadual, que a medida passou por escrutínio prévio da Controladoria-Geral do Estado e que atualmente três comitês acompanham e avaliam o trabalho das consultorias.

5) Desmatamento da Mata Atlântica

A deputada Beatriz Cerqueira lembrou o aumento do desmatamento no Bioma Mata Atlântica a partir de 2019, o que relacionou ao enfraquecimento dos órgãos fiscalizadores. Na esfera estadual, problematizou as constantes trocas de titulares da Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, que teriam totalizado 11 nos últimos anos.

A gestora da pasta esclareceu que as 11 trocas ocorreram no período de 2011 a 2024, e que os subsecretários foram, em sua maioria, servidores de carreira da Semad. Ela afirmou ter ocupado o cargo em duas ocasiões, assim como o diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.

IV – Encaminhamentos

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimento

RQC 9.380/2024: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do Processo SEI nº 1370.01.0029549/2021-78, referente ao processo de otimização da regularização ambiental em Minas Gerais – aperfeiçoamento dos processos, procedimentos e atos normativos, em que, através de processo de doação de serviços à Semad, a Fiemg contrata consultoria ambiental para revisão de todas as normas ambientais do Estado.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2024.

Deputado Tito Torres

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável